

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2026
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

MUNICÍPIO DE TAPEJARA - RS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

HORÁRIO: 08 horas e 30 minutos

DATA: 23 DE ABRIL DE 2026

LOCAL: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço Por Lote

MODO DE DISPUTA: Aberto/Fechado

Orçamento Sigiloso

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VIDEOMONITORAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, COM CENTRAL DE ALARME E SUPORTE OPERACIONAL, VISANDO À SEGURANÇA PATRIMONIAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

EVANIR WOLFF, Prefeito Municipal de Tapejara, Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 5205 de 12 de junho de 2023.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **23 DE ABRIL DE 2026**, às **08 HORAS E 30 MINUTOS**, podendo as propostas ser enviadas até às **08 horas e 29 minutos**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

O orçamento da Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances. A justificativa para um orçamento sigiloso se baseia em obter propostas mais vantajosas e evitar fraudes, ao impedir que os licitantes usem o valor estimado como referência para suas ofertas. Desta forma as empresas a precificam seus produtos ou

serviços com base em seus próprios custos e na realidade do mercado, promovendo uma competição mais genuína e evitando propostas infladas ou superfaturadas.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VIDEOMONITORAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, COM CENTRAL DE ALARME E SUPORTE OPERACIONAL, VISANDO À SEGURANÇA PATRIMONIAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, cujas descrições e condições encontram-se detalhadas no Termo de Referência (Anexo II).

1.2. A licitação será realizada em lote único, conforme tabela constante no Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, com a descrição do objeto ofertado e o preço, valor em algarismo e por extenso, unitários e totais de itens até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que: está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.15. O(s) licitante(s) que ofertou(aram) o menor preço deverá(ao) enviar, via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, no prazo a ser definido pela

pregoeira, que será de no máximo 02 (duas) horas, contado da data da convocação, os seguintes documentos:

- a) Proposta de preço final.
- b) Documentos de habilitação, conforme solicitado no item 5 deste edital.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, **EM ANEXO ÚNICO**, observando o procedimento disposto no item 3.15 deste Edital:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Declaração conjunta da empresa:**
 - e.1)** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - e.2)** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

e.3) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

e.4) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e.5) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e.6) Declaração de inexistência de Servidor Público ou Agente Político no quadro funcional da Empresa.

OBSERVAÇÃO: A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

b) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;**

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;**

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

f) Comprovante de **inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**

g) **Certidão da Controladoria-Geral da União dos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos**

cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, comprovando não constar registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, disponível no site <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 dias da data designada para a apresentação do documento;

5.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência, ou concordata, ou recuperação judicial, expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

5.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, referente ao cumprimento de objeto compatível ao ora licitado.

6. VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, a pregoeira abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre a pregoeira e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas casas decimais após a vírgula**, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais;
- c)** contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços

manifestamente inexequíveis.

8.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.4. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.6.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa **aberto/fechado**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos, improrrogáveis.

9.3. Encerrado o prazo do item 9.2, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.4. Encerrada a recepção dos lances, com o decurso do prazo do item 9.3, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.5. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 9.4, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 9.4 e 9.5, o sistema ordenará os lances

em ordem crescente de acordo com a melhor vantagem.

9.7. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 9.4 e 9.5, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 9.6.

9.8. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a pregoeira poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 9.7.

9.9. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que trata o item 3.5 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

10.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;
- c)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

10.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;
- b)** empresas brasileiras;
- c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pela pregoeira, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.15 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1. a 5.5., enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pela pregoeira e equipe de apoio, que

verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.4 e 3.5 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. RECURSO

13.1. Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 5 (cinco) anos, a critério da Administração e com a anuência da contratada.

17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado mensalmente em até 30 (trinta) contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a execução dos serviços conforme as condições estabelecidas.

17.2. Somente serão pagos os serviços efetivamente prestados e em conformidade com as especificações contratuais.

17.3. O pagamento ficará condicionado à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, bem como ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

17.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.5. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

17.6. Ao emitir a Nota Fiscal a fornecedora deverá observar a retenção do Imposto de Renda (IR) de acordo com o que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 2012,

Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e do Decreto Municipal nº 5072 de 15 de julho de 2022.

18. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

18.1. A contratada será responsável pela implantação completa dos sistemas, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos necessários, bem como toda a infraestrutura de instalação, tais como cabeamento, fiação, conectores e demais materiais indispensáveis ao funcionamento dos sistemas.

18.2. Excetuam-se exclusivamente os postes de fixação das câmeras tipo 360° das praças públicas, que serão fornecidos pela Administração Municipal.

18.3. Verificada a desconformidade do serviço, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de até 3 (três) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

18.4. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços de monitoramento eletrônico e videomonitoramento serão realizados pelos seguintes servidores:

- Secretaria de Administração: **Charlene Bee**;
- Secretaria da Saúde: **Albina Capeletti**;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente: **Eduardo Dos Santos Marques**;
- Secretaria de Desenvolvimento Social: **Everton Brunetto**;
- Secretaria de Educação: **Weliton Carlos dos Santos**;
- Secretaria de Esportes, Cultura, Lazer, Turismo e Juventude: **Mara Cristina Benetti**;
- Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária: **Darcilo Adair Fracaro**.

18.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

18.6. O recebimento dos serviços, objeto desta licitação, será feito pelos fiscais do Contrato, que será designado posteriormente, que fará o recebimento nos termos do art. 140, inc. II, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/21, da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega da Prestação de Serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade, características e quantidades da Prestação de Serviços e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento provisório.

18.7. Todas as despesas relacionadas com a prestação de serviço correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

18.8. Prazo de prestação de serviço: O prazo máximo para a conclusão da fase inicial é de 30 dias, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 19.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

19.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 19.2 do presente Edital.

19.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.6. A aplicação das sanções previstas no item 19.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.7. Na aplicação da sanção prevista no item 19.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 19.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 19.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados a pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

20.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

21. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

21.1. As despesas referentes ao objeto serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

63.03.01.04.122.0004.2012.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

17021.05.03.17.512.0141.2134.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

198.06.01.12.361.0107.2038.3.3.90.39.00.00.00.00.500.1001.20 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

302.07.01.16.122.0010.2062.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

351.09.01.10.122.0012.2066.3.3.90.39.00.00.00.00.500.1002.40 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

27480.13.02.08.243.0122.2193.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

29496.14.02.13.392.0112.2053.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SEC. MUN. DE ESPORTES, CULTURA, LAZER, TURISMO E JUVENTUDE.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por

conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.

22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Tapejara – RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

22.5. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

ANEXO I – Modelo de Proposta Financeira;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III – Minuta de Contrato;

ANEXO IV – Modelo de Declaração Conjunta;

Tapejara/RS, 31 de Março de 2026.

Evanir Wolff

Prefeito Municipal de Tapejara

Responsável pela Elaboração do Edital:

Lelio Fritsch Filho
Agente Administrativo

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Empresa _____

Endereço _____

CNPJ/MF/Nº _____

E-mail: _____ Telefone: _____

Data da abertura: **xx/xx/2026**

Horário: **xxh e xxmin**

Declaramo-nos de pleno acordo com os termos e condições do Edital modalidade **Pregão Eletrônico Nº 23/2026**, apresentando a seguinte proposta financeira, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VIDEOMONITORAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, COM CENTRAL DE ALARME E SUPORTE OPERACIONAL, VISANDO À SEGURANÇA PATRIMONIAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, com as seguintes especificações:

ITEM	QUAN T	UN	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA/MODELO	VALOR UN R\$	VALOR TOTAL R\$
Xx	xx	UN				

Observação 1: Validade da Proposta: 60 dias

Assinatura e Carimbo da Proponente

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

É objeto do presente Edital, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 23/2026, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VIDEOMONITORAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, COM CENTRAL DE ALARME E SUPORTE OPERACIONAL, VISANDO À SEGURANÇA PATRIMONIAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, com as seguintes especificações:

Item	Descrição	Un	Qtd
Lote 001			
1	MONITORAMENTO ELETRÔNICO PRAÇA CENTRAL SÍLVIO UGHINI , serviço de monitoramento eletrônico da Praça Central do Município, contemplando a instalação de 04 postes de monitoramento equipados com câmeras panorâmicas 360° com sensor de movimento e visão noturna, bem como a instalação de 06 câmeras de videomonitoramento de alta resolução em pontos estratégicos da praça, incluindo fornecimento, instalação, configuração do sistema, gravação e armazenamento de imagens. O serviço deverá contemplar ainda ronda presencial no período noturno, realizada por profissional da empresa contratada, com passagens no mínimo a cada 02 (duas) horas, com o objetivo de prevenir furtos, vandalismos e danos ao patrimônio público, especialmente em períodos de eventos e decorações festivas.	MÊS	12
2	MONITORAMENTO ELETRÔNICO PRAÇA LUCÉLIA POLETTTO , prestação de serviço de monitoramento eletrônico de praça pública, contemplando a instalação de no mínimo 02 postes de monitoramento equipados com câmeras panorâmicas 360° com sensor de movimento e visão noturna, bem como a instalação de no mínimo 02 câmeras de videomonitoramento fixas de alta resolução em pontos estratégicos, incluindo fornecimento, instalação, configuração do sistema, gravação e armazenamento de imagens. O serviço deverá contemplar ainda ronda presencial no período noturno, realizada por profissional da empresa contratada, com passagens no mínimo a cada 02 (duas) horas, com a finalidade de prevenir furtos, vandalismos e danos ao patrimônio público.	MÊS	12
3	RONDA PRESENCIAL , prestação de serviço de ronda presencial no período noturno em praças, parques, prédios públicos e demais espaços públicos do Município, a ser executada por profissional da empresa contratada, sob demanda da Administração Municipal ou de suas Secretarias, com a finalidade de prevenir furtos, vandalismos e danos ao patrimônio público. O serviço deverá compreender visitas periódicas aos locais indicados pela Administração, com intervalo máximo de 02 (duas) horas entre as rondas, durante jornada de 10 (dez) horas por período. A execução do serviço ocorrerá mediante solicitação prévia da Administração, na qual serão definidos os locais, datas, horários e período de realização das rondas, sendo o pagamento realizado apenas pelos serviços efetivamente executados, conforme registro e comprovação das rondas realizadas.	MÊS	12
4	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME 8 SETORES (ESC. M. GIOCONDO CANALI- AV. SETE DE SETEMBRO SN, B. SÃO PAULO)	MÊS	12
5	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 12 SETORES , prestação de serviço de monitoramento 24 (vinte e quatro) horas com central de alarme de 12 (doze) setores, destinado a novas instalações em prédios e espaços públicos do Município, sob demanda da Administração. Inclui fornecimento, instalação, configuração e manutenção do sistema, bem como monitoramento contínuo por central especializada. A execução ocorrerá mediante solicitação prévia, com definição dos locais de instalação.	MÊS	36
6	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES , prestação de serviço de monitoramento 24 (vinte e quatro) horas com central de alarme de 8 (oito) setores, destinado a novas instalações em prédios e espaços públicos do Município, sob demanda da Administração. Inclui fornecimento, instalação, configuração e manutenção do sistema, bem como monitoramento contínuo por central especializada. A execução ocorrerá mediante solicitação prévia, com definição dos locais de instalação.	MÊS	36
7	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ACADEMIA DE SAÚDE VALERIA DEBASTIANI- RUA PEDRO REBESCHINI SN , B. SÃO PAULO)	MÊS	12
8	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CAPS - RUA JULIO DE CASTILHOS Nº 1085)	MÊS	12
9	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CENTRO CULTURAL JOSÉ M. V. DA SILVEIRA - RUA CEL. GERVASIO 500 CENTRO)	MÊS	12
10	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M. CATARINA DEBASTIANI - RUA PRINCESA ISABEL SN, B. TREZE DE MAIO)	MÊS	12
11	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M. SÃO PAULO - TRAVESSA SÃO PAULO 85, B. SÃO PAULO)	MÊS	12

12	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M.MARIELI ANDREOLA - RUA LAURENTINO RIGO 15 , REAL I)	MÊS	12
13	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESF. NAZARÉ - RUA MANOEL TEIXEIRA SN, B. NAZARÉ)	MÊS	12
14	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESF. SANTA PAULINA -RUA PEDRO REBESCHINI 409 , B. SÃO PAULO)	MÊS	12
15	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESF. TREZE DE MAIO- RUA CEL AMANCIO CARDOSO SN CENTRO)	MÊS	12
16	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (POLO UAB -PERIMETRAL - LINHA GIRARDI)	MÊS	12
17	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (RESTAURANTE POPULAR - RUA CEL. AMANCIO CARDOSO SN , CENTRO)	MÊS	12
18	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (BIBLIOTECA MUNICIPAL - RUA CEL. GERVASIO 510 CENTRO	MÊS	12
19	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CASA DONA VERONICA DOMINGUES - R. JOÃO XXIII S/N - B. SÃO PAULO)	MÊS	12
20	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (Centro Integrado de Atendimento Especializado(CIAE), Rua Independência, 279 - Centro)	MÊS	12
21	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CRECHE GEMA S. CANALI - R. RUI BRABOSA, 115 - B. SÃO PAULO)	MÊS	12
22	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CRECHE HELENA A. SITTAR, R. DO COMÉRCIO, 15 - B. SÃO CRISTÓVÃO)	MÊS	12
23	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CRECHE ISABEL BASSO - TRAVESSA DONA NENE 25 - CENTRO)	MÊS	12
24	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CRECHE MÃE AUGUSTA ZANATTA - R. SENADOR ALBERTO PASQUALINI S/N - B. SÃO PAULO)	MÊS	12
25	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (EMEF SEVERINO DALZOTTO, Rua Coronel Gervasio, 697 - Centro)	MÊS	12
26	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M. ANGELO POSSER - PAIOL)	MÊS	12
27	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M. BENVENUTA S. FONTANA, VILA CAMPOS)	MÊS	12
28	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M. LEONEL DE MOURA BRIZOLLA - R. DO COMÉRCIO, S/N - B. SÃO CRISTÓVÃO)	MÊS	12
29	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESF. SÃO CRISTÓVÃO - R. EUGÊNIO DAMETTO S/N - B. SÃO CRISTOVÃO)	MÊS	12
30	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. AMPLIAÇÃO / PARTE NOVA (ESC. M. LEONEL DE MOURA BRIZOLLA - R. DO COMÉRCIO, S/N - B. SÃO CRISTÓVÃO)	MÊS	12
31	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESF SÃO PAULO -RUA SENADORALBERTO PASQUALINI 387 B. SÃO PAULO)	MÊS	12
32	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. FERNANDO BORBA - R. DO COMÉRCIO, 1589 - CENTRO)	MÊS	12
33	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CASA DE ACOHIMENTO- R. FREDOLINO XIMANGO 534 SOL NASCENTE)	MÊS	12
34	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 12 SETORES. (CENTRO ADM 2, R. DO COMÉRCIO, 1420- CENTRO) ASSISTENCIA SOCIAL	MÊS	12
35	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 12 SETORES. (CENTRO ADM. PE RAIMUNDO DAMIN , R. DO COMÉRCIO, 1468 - CENTRO)	MÊS	12
36	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 OU 4 SETORES, NO DEPÓSITO DA HABITAÇÃO SITUADO JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS NA AVINIDA 7 DE SETEMBRO N°3270 (FUNDOS) - BAIRRO SÃO PAULO	MÊS	12
37	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ALMOXARIFADO CENTRAL - NOVAS INSTALAÇÕES)	MÊS	12
38	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CRAS RUA ANTÔNIO MÂNICA, REAL 1 , BAIRRO 13 DE MAIO)	MÊS	12
39	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (GINASIO DE ESP. ALBINO SOSSELA - AV.SETE DE SETEMBRO S/N - B. SÃO CRISTÓVÃO)	MÊS	12
40	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (OBRAS - NOVAS INSTALAÇÕES)	MÊS	12

41	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (UBS CENTRO - RUA CEL. LOLICO 782 CENTRO)	MÊS	12
42	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (UBS DR. DEMÉTRIO H. VALDIVIA GONZALES - RUA TRANQUILO BASSO, S/N - CENTRO)	MÊS	12
43	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (GINÁSIO LOURENÇO JOSE DAL OLIVO - R OSÓRIO DA SILVEIRA , S/N - B. TREZE DE MAIO)	MÊS	12
44	SERVIÇO DE RONDA PRESENCIAL NOTURNA , prestação de serviço de ronda presencial no período noturno em praças, parques, prédios e demais espaços públicos, sob demanda, com a finalidade de prevenir furtos, vandalismo e danos ao patrimônio público. O serviço compreende visitas periódicas aos locais indicados pela Administração, com intervalo máximo de 2 (duas) horas entre as rondas, durante jornada de 10 (dez) horas por período. A execução ocorrerá mediante solicitação prévia, com definição de locais, datas e horários. Pagamento conforme serviços efetivamente executados.	MÊS	24

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

1.1. Implantação dos Sistemas

A contratada será responsável pela implantação completa dos sistemas, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos necessários, bem como toda a infraestrutura de instalação, tais como cabeamento, fiação, conectores e demais materiais indispensáveis ao funcionamento dos sistemas.

Excetuam-se exclusivamente os postes de fixação das câmeras tipo 360° das praças públicas, que serão fornecidos pela Administração Municipal.

A fase inicial compreende a instalação, configuração e ativação dos sistemas de alarme e videomonitoramento nos locais indicados, garantindo seu pleno funcionamento.

O prazo máximo para a conclusão da fase inicial é de 30 dias, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

1.2. Monitoramento e Operação

Após a implantação, os serviços deverão ser executados de forma contínua, com monitoramento remoto 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana.

O sistema deverá permitir o acompanhamento em tempo real dos sinais de alarme e das imagens captadas, possibilitando a identificação de ocorrências e a adoção de medidas imediatas.

1.3. Atendimento de Ocorrências

Em caso de disparo de alarme ou identificação de irregularidades, a contratada deverá realizar a verificação do evento, podendo utilizar inicialmente os recursos de videomonitoramento.

Quando necessário, deverá realizar atendimento presencial com deslocamento de equipe até o local, dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.

1.4. Rondas Noturnas

Nos pontos definidos pela Administração, especialmente em praças públicas, a contratada deverá realizar rondas noturnas periódicas com viatura própria, visando reforçar a segurança em locais com maior vulnerabilidade.

1.5. Manutenção e Suporte Técnico

A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e sistemas, garantindo sua plena operacionalidade durante toda a vigência contratual.

Também deverá realizar a substituição de equipamentos defeituosos ou danificados, sem custos adicionais para a Administração, bem como prestar suporte técnico contínuo e orientação quanto à melhor disposição dos equipamentos.

1.6. Armazenamento e Acesso às Imagens

A solução deverá contemplar o armazenamento das imagens captadas por período mínimo definido, bem como a disponibilização de acesso à Administração, quando aplicável, por meio de sistema ou plataforma adequada.

1.7. Encerramento da Contratação

Ao final da vigência contratual, a contratada deverá realizar a desinstalação dos equipamentos fornecidos em comodato, sem causar danos às estruturas físicas dos locais atendidos, no prazo de 30 dias a contar do último dia de vigência do contrato.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, operacionais e administrativos, visando garantir a adequada prestação dos serviços de monitoramento eletrônico e videomonitoramento:

2.1. Características Gerais dos Serviços

A contratada deverá prestar serviços contínuos de monitoramento eletrônico e videomonitoramento, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, por meio de central de monitoramento estruturada e com operadores capacitados.

Os serviços deverão assegurar a identificação de ocorrências, como invasões, arrombamentos, violação de sensores e demais situações de risco ao patrimônio público.

2.2. Fornecimento de Equipamentos e Infraestrutura

A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos em regime de comodato, incluindo centrais de alarme, sensores, sirenes, dispositivos de comunicação, câmeras de videomonitoramento e sistemas de gravação.

Também será de responsabilidade da contratada o fornecimento de toda a infraestrutura necessária à instalação dos sistemas, incluindo cabeamento, fiação, conectores, conduítes, canaletas e demais materiais indispensáveis.

Excetuam-se exclusivamente os postes de fixação das câmeras tipo 360° das praças públicas, que serão fornecidos pela Administração.

2.3. Instalação, Manutenção e Suporte

Compete à contratada realizar a instalação, configuração e ativação dos sistemas, bem como a manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual.

A contratada deverá garantir o pleno funcionamento dos sistemas, realizando a substituição de equipamentos defeituosos ou danificados sem custos adicionais para a Administração, o prazo limite para substituição de equipamentos defeituosos ou danificados é 03 dias a contar da data de identificação do problema.

Deverá ainda prestar suporte técnico sempre que necessário, inclusive orientando quanto aos pontos estratégicos de instalação dos equipamentos.

2.4. Monitoramento e Atendimento de Ocorrências

A central de monitoramento deverá acompanhar continuamente os sinais emitidos pelos sistemas instalados.

Em caso de disparo de alarme ou identificação de ocorrência, deverá ser realizada verificação imediata, podendo utilizar os recursos de videomonitoramento.

Quando necessário, a contratada deverá deslocar equipe até o local para averiguação presencial, no prazo máximo de 20 minutos após o acionamento.

2.5. Rondas Noturnas

Nos pontos definidos pela Administração, especialmente em praças públicas, a contratada deverá realizar rondas noturnas com viatura própria.

As rondas deverão ocorrer em período de 10 (dez) horas contínuas, com intervalo máximo de 2 (duas) horas entre cada verificação.

Será obrigatória a entrada e circulação no interior dos locais indicados, não sendo admitida apenas a verificação externa.

As viaturas deverão ser identificadas.

A contratada deverá manter registro das rondas realizadas, contendo data, horário e local, devendo tais informações ser disponibilizadas à fiscalização sempre que solicitado.

2.6. Armazenamento e Acesso às Imagens

As imagens captadas deverão ser armazenadas por período mínimo de (a definir: 15 ou 30 dias).

A contratada deverá possibilitar à Administração o acesso às imagens em tempo real e/ou gravadas, por meio de sistema ou plataforma adequada.

2.7. Inclusão e Alteração de Pontos

Eventuais inclusões, exclusões ou alterações de pontos de monitoramento durante a vigência contratual deverão ser previamente autorizadas por servidor designado pela Administração.

2.8. Relatórios e Controle

A contratada deverá disponibilizar relatórios periódicos contendo, no mínimo:

- Registros de ocorrências;
- Atendimentos realizados;
- Falhas identificadas;
- Rondas executadas.

2.9. Responsabilidades da Contratada

São responsabilidades da contratada:

- Garantir a plena operacionalidade dos sistemas;
- Responder por falhas decorrentes de instalação, manutenção ou operação inadequada;
- Cumprir os prazos de atendimento e execução dos serviços;
- Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários;
- Manter equipe técnica qualificada;
- Possuir capacidade técnica comprovada na prestação dos serviços.

3. JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a contratação considerando a necessidade de garantir a continuidade dos serviços de segurança patrimonial nas repartições públicas municipais, tendo em vista o término do contrato vigente, bem como pela ampliação das demandas, incluindo novos

pontos de monitoramento em espaços públicos, especialmente praças, que apresentam histórico de vandalismo e furtos.

4. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

A execução do contrato será acompanhada, fiscalizada e atestada por servidores designados por cada Secretaria Municipal, mediante portaria específica, observando-se o princípio da segregação de funções e a gestão por competências.

O acompanhamento e a fiscalização dos serviços de monitoramento eletrônico e videomonitoramento serão realizados pelos seguintes servidores:

- Secretaria de Administração: **Charlene Bee**;
- Secretaria da Saúde: **Albina Capeletti**;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente: **Eduardo Dos Santos Marques**;
- Secretaria de Desenvolvimento Social: **Everton Brunetto**;
- Secretaria de Educação: **Weliton Carlos dos Santos**;
- Secretaria de Esportes, Cultura, Lazer, Turismo e Juventude: **Mara Cristina Benetti**;
- Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária: **Darcilo Adair Fracaro**.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será realizado mensalmente em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a execução dos serviços conforme as condições estabelecidas.

Todas as despesas relacionadas com a execução do serviço correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

6. PRAZO DO SERVIÇO: O prazo máximo para a conclusão da fase inicial é de 30 dias, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente termo de contrato, de um lado o Município de Tapejara, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 87.615.449/0001-42, com sede na Rua do Comércio, nº 1468, neste ato representado por sua Secretária Municipal da Administração, designada pelo decreto nº 5096 de 19 de setembro de 2022, a **Sra. Sandra Inês Bernardi Rodegheri**, brasileira, viúva, portadora da Carteira de Identidade nº 1010016663, CPF nº 234.191.560-49, residente e domiciliada na Rua do Comércio, nº 1383, apto. 301, Centro, Tapejara-RS, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa....., inscrita no CNPJ nº....., com sede na....., nº....., bairro....., na cidade de....., neste ato representada pelo Sr., brasileiro, casado, (profissão), portador da carteira de identidade nº....., CPF nº....., residente e domiciliado na rua....., nº....., bairro....., na cidade de....., doravante denominada CONTRATADA, com base na licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 23/2026, na Lei nº 14.133/21, assim como em conformidade com as condições do edital referido, e termos da proposta, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VIDEOMONITORAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, COM CENTRAL DE ALARME E SUPORTE OPERACIONAL, VISANDO À SEGURANÇA PATRIMONIAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, com as seguintes características:

Item	Descrição	Un	Qtd
Lote 001			
1	MONITORAMENTO ELETRÔNICO PRAÇA CENTRAL SÍLVIO UGHINI , serviço de monitoramento eletrônico da Praça Central do Município, contemplando a instalação de 04 postes de monitoramento equipados com câmeras panorâmicas 360° com sensor de movimento e visão noturna, bem como a instalação de 06 câmeras de videomonitoramento de alta resolução em pontos estratégicos da praça, incluindo fornecimento, instalação, configuração do sistema, gravação e armazenamento de imagens. O serviço deverá contemplar ainda ronda presencial no período noturno, realizada por profissional da empresa contratada, com passagens no mínimo a cada 02 (duas) horas, com o objetivo de prevenir furtos, vandalismos e danos ao patrimônio público, especialmente em períodos de eventos e decorações festivas.	MÊS	12
2	MONITORAMENTO ELETRÔNICO PRAÇA LUCÉLIA POLETTTO , prestação de serviço de monitoramento eletrônico de praça pública, contemplando a instalação de no mínimo 02 postes de monitoramento equipados com câmeras panorâmicas 360° com sensor de movimento e visão noturna, bem como a instalação de no mínimo 02 câmeras de videomonitoramento fixas de alta resolução em pontos estratégicos, incluindo fornecimento, instalação, configuração do sistema, gravação e armazenamento de imagens. O serviço deverá contemplar ainda ronda presencial no período noturno, realizada por profissional da empresa contratada, com passagens no mínimo a cada 02 (duas) horas, com a finalidade de prevenir furtos, vandalismos e danos ao patrimônio público.	MÊS	12
3	RONDA PRESENCIAL , prestação de serviço de ronda presencial no período noturno em praças, parques, prédios públicos e demais espaços públicos do Município, a ser executada por profissional da empresa contratada, sob demanda da Administração Municipal ou de suas Secretarias, com a finalidade de prevenir furtos, vandalismos e danos ao patrimônio público. O serviço deverá	MÊS	12

	compreender visitas periódicas aos locais indicados pela Administração, com intervalo máximo de 02 (duas) horas entre as rondas, durante jornada de 10 (dez) horas por período. A execução do serviço ocorrerá mediante solicitação prévia da Administração, na qual serão definidos os locais, datas, horários e período de realização das rondas, sendo o pagamento realizado apenas pelos serviços efetivamente executados, conforme registro e comprovação das rondas realizadas.		
4	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME 8 SETORES (ESC. M. GIOCONDO CANALI- AV. SETE DE SETEMBRO SN, B. SÃO PAULO)	MÊS	12
5	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 12 SETORES , prestação de serviço de monitoramento 24 (vinte e quatro) horas com central de alarme de 12 (doze) setores, destinado a novas instalações em prédios e espaços públicos do Município, sob demanda da Administração. Inclui fornecimento, instalação, configuração e manutenção do sistema, bem como monitoramento contínuo por central especializada. A execução ocorrerá mediante solicitação prévia, com definição dos locais de instalação.	MÊS	36
6	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES , prestação de serviço de monitoramento 24 (vinte e quatro) horas com central de alarme de 8 (oito) setores, destinado a novas instalações em prédios e espaços públicos do Município, sob demanda da Administração. Inclui fornecimento, instalação, configuração e manutenção do sistema, bem como monitoramento contínuo por central especializada. A execução ocorrerá mediante solicitação prévia, com definição dos locais de instalação.	MÊS	36
7	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ACADEMIA DE SAÚDE VALERIA DEBASTIANI- RUA PEDRO REBESCHINI SN , B. SÃO PAULO)	MÊS	12
8	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CAPS - RUA JULIO DE CASTILHOS Nº 1085)	MÊS	12
9	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CENTRO CULTURAL JOSÉ M. V. DA SILVEIRA - RUA CEL. GERVASIO 500 CENTRO)	MÊS	12
10	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M. CATARINA DEBASTIANI - RUA PRINCESA ISABEL SN, B. TREZE DE MAIO)	MÊS	12
11	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M. SÃO PAULO - TRAVESSA SÃO PAULO 85, B. SÃO PAULO)	MÊS	12
12	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M.MARIELI ANDREOLA - RUA LAURENTINO RIGO 15 , REAL I)	MÊS	12
13	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESF. NAZARÉ - RUA MANOEL TEIXEIRA SN, B. NAZARÉ)	MÊS	12
14	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESF. SANTA PAULINA -RUA PEDRO REBESCHINI 409 , B. SÃO PAULO)	MÊS	12
15	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESF. TREZE DE MAIO- RUA CEL AMANCIO CARDOSO SN CENTRO)	MÊS	12
16	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (POLO UAB -PERIMETRAL - LINHA GIRARDI)	MÊS	12
17	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (RESTAURANTE POPULAR - RUA CEL. AMANCIO CARDOSO SN , CENTRO)	MÊS	12
18	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (BIBLIOTECA MUNICIPAL - RUA CEL. GERVASIO 510 CENTRO	MÊS	12
19	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CASA DONA VERONICA DOMINGUES - R. JOÃO XXIII S/N - B. SÃO PAULO)	MÊS	12
20	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (Centro Integrado de Atendimento Especializado (CIAE), Rua Independência, 279 - Centro)	MÊS	12
21	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CRECHE GEMA S. CANALI - R. RUI BRABOSA, 115 - B. SÃO PAULO)	MÊS	12
22	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CRECHE HELENA A. SITTAR, R. DO COMÉRCIO, 15 - B. SÃO CRISTÓVÃO)	MÊS	12
23	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CRECHE ISABEL BASSO - TRAVESSA DONA NENE 25 - CENTRO)	MÊS	12
24	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CRECHE MÃE AUGUSTA ZANATTA - R. SENADOR ALBERTO PASQUALINI S/N - B. SÃO PAULO)	MÊS	12
25	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (EMEF SEVERINO DALZOTTO, Rua Coronel Gervasio, 697 - Centro)	MÊS	12
26	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M. ANGELO POSSER - PAIOL)	MÊS	12
27	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M. BENVENUTA S. FONTANA, VILA CAMPOS)	MÊS	12
28	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. M. LEONEL DE MOURA BRIZOLLA - R. DO COMÉRCIO, S/N - B. SÃO CRISTÓVÃO)	MÊS	12
29	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESF. SÃO CRISTÓVÃO - R. EUGÊNIO DAMETTO S/N - B. SÃO CRISTÓVÃO)	MÊS	12

30	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. AMPLIAÇÃO / PARTE NOVA (ESC. M. LEONEL DE MOURA BRIZOLLA - R. DO COMÉRCIO, S/N - B. SÃO CRISTÓVÃO)	MÊS	12
31	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESF SÃO PAULO -RUA SENADORALBERTO PASQUALINI 387 B. SÃO PAULO)	MÊS	12
32	SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ESC. FERNANDO BORBA - R. DO COMÉRCIO, 1589 - CENTRO)	MÊS	12
33	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CASA DE ACOLHIMENTO- R. FREDOLINO XIMANGO 534 SOL NASCENTE)	MÊS	12
34	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 12 SETORES. (CENTRO ADM 2, R. DO COMÉRCIO, 1420- CENTRO) ASSISTENCIA SOCIAL	MÊS	12
35	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 12 SETORES. (CENTRO ADM. PE RAIMUNDO DAMIN , R. DO COMÉRCIO, 1468 - CENTRO)	MÊS	12
36	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 OU 4 SETORES, NO DEPÓSITO DA HABITAÇÃO SITUADO JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS NA AVINIDA 7 DE SETEMBRO Nº3270 (FUNDOS) - BAIRRO SÃO PAULO	MÊS	12
37	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (ALMOXARIFADO CENTRAL - NOVAS INSTALAÇÕES)	MÊS	12
38	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (CRAS RUA ANTÔNIO MÂNICA, REAL 1 , BAIRRO 13 DE MAIO)	MÊS	12
39	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (GINASIO DE ESP. ALBINO SOSSELA - AV.SETE DE SETEMBRO S/N - B. SÃO CRISTÓVÃO)	MÊS	12
40	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (OBRAS - NOVAS INSTALAÇÕES)	MÊS	12
41	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (UBS CENTRO - RUA CEL. LOLICO 782 CENTRO)	MÊS	12
42	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (UBS DR. DEMÉTRIO H. VALDIVIA GONZALES - RUA TRANQUILO BASSO, S/N - CENTRO)	MÊS	12
43	SERVIÇO DE MONITORAMENTO E VIDEOMONITORAMENTO 24 HORAS COM CENTRAL DE ALARME DE 8 SETORES. (GINASIO LOURENÇO JOSE DAL OLIVO- R OSÓRIO DA SILVEIRA , S/N - B. TREZE DE MAIO)	MÊS	12
44	SERVIÇO DE RONDA PRESENCIAL NOTURNA, prestação de serviço de ronda presencial no período noturno em praças, parques, prédios e demais espaços públicos, sob demanda, com a finalidade de prevenir furtos, vandalismo e danos ao patrimônio público. O serviço compreende visitas periódicas aos locais indicados pela Administração, com intervalo máximo de 2 (duas) horas entre as rondas, durante jornada de 10 (dez) horas por período. A execução ocorrerá mediante solicitação prévia, com definição de locais, datas e horários. Pagamento conforme serviços efetivamente executados.	MÊS	24

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO:

O regime jurídico do presente contrato é o da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e todas as suas alterações vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, LOCAL DA INSTALAÇÃO E DO FISCAL DO CONTRATO

A vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Contrato.

Verificada a desconformidade do serviço prestado, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de até 03 (três) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

Todas as despesas relacionadas com a execução do serviço correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

DO FISCAL DO CONTRATO:

O acompanhamento e a fiscalização dos serviços de monitoramento eletrônico e videomonitoramento serão realizados pelos seguintes servidores:

- Secretaria de Administração: **Charlene Bee**;
- Secretaria da Saúde: **Albina Capeletti**;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente: **Eduardo Dos Santos Marques**;
- Secretaria de Desenvolvimento Social: **Everton Brunetto**;
- Secretaria de Educação: **Weliton Carlos dos Santos**;
- Secretaria de Esportes, Cultura, Lazer, Turismo e Juventude: **Mara Cristina Benetti**;

- Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária: **Darcilo Adair Fracaro**.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VIDEOMONITORAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, COM CENTRAL DE ALARME E SUPORTE OPERACIONAL, VISANDO À SEGURANÇA PATRIMONIAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS** de que trata o presente contrato, a importância de R\$......

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a execução dos serviços conforme as condições estabelecidas.

Ao emitir a Nota Fiscal a fornecedora deverá observar a retenção do Imposto de Renda (IR) de acordo com o que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 2012, Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e do Decreto Municipal nº 5072 de 15 de julho de 2022.

Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IPCA.

Para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar junto ao Setor de Empenhos da Secretaria Municipal de Finanças do Município, localizada na Rua do Comércio Nº 1468, Centro, a nota fiscal e/ou fatura correspondente à mercadoria entregue

ou serviço prestado de acordo com a respectiva autorização de compra, devendo ser emitida em nome do Município de Tapejara e contendo o número do Edital de Pregão Eletrônico nº 54/2025.

CLAÚSULA SEXTA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE:

Os valores do presente contrato, não pagos na data aprazada deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo índice IPCA, calculado prórata mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

63.03.01.04.122.0004.2012.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

17021.05.03.17.512.0141.2134.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

198.06.01.12.361.0107.2038.3.3.90.39.00.00.00.00.500.1001.20 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

302.07.01.16.122.0010.2062.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

351.09.01.10.122.0012.2066.3.3.90.39.00.00.00.00.500.1002.40 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

27480.13.02.08.243.0122.2193.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

29496.14.02.13.392.0112.2053.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SEC. MUN. DE ESPORTES, CULTURA, LAZER, TURISMO E JUVENTUDE.

CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS, DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES:

1 - Dos direitos

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

2 - Das obrigações

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado; e
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A licitante vencedora ficará obrigada a executar os serviços, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na autorização.
- b) A licitante deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato.
- c) A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais ou comerciais.

3 - Das Sanções:

Pelo inadimplemento das obrigações, conforme a infração, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) Executar o contrato com pequenas irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- c) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 07 (sete) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- d) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 5% sobre o valor atualizado do contrato;
- e) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.

CLAÚSULA NONA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE, nas hipóteses do art. 137, da Lei nº 14.133/21;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que conveniente para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

A rescisão de que trata a alínea 'a' desta cláusula, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

- a) execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;
- b) retenção dos créditos do contrato, se existentes, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE no caso de inexecução total ou parcial do contrato que venham a ensejar a sua rescisão, conforme art. 155, da Lei nº 14.133/21.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado ao edital de Pregão Eletrônico nº 23/2026, à proposta do vencedor e à Lei Federal Nº 14.133/21.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OMISSÕES

Este contrato rege-se pela Lei Federal Nº 14.133/21, inclusive em suas omissões.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto do presente contrato será recebido:

- a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação; e
- b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA- VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 5 (cinco) anos, a critério da Administração e com a anuência da contratada.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 136 da Lei n.º 14.133/21 da Lei nº 14.133/21 será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Tapejara para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, abaixo firmadas.

Tapejara, ____/____/____

Sandra Inês Bernardi Rodegheri

Secretária Municipal da Administração

Empresa:

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

DECLARAÇÃO Ref. Ao Pregão Eletrônico N° 23/2026

O licitante [razão social do licitante], inscrito no CNPJ sob o [número], sediado na [nome da rua, número, bairro, cidade/estado], telefone [número], e-mail [e-mail], através do(a) representante legal, Sr(a). [nome completo], portador da cédula de identidade RG [número], inscrito no CPF sob o [número], residente e domiciliado na [nome da rua, número, bairro, cidade/estado], DECLARA, sob as penas da lei e para fins de direito, em cumprimento ao instrumento convocatório da licitação supracitada, que:

Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Declaração de inexistência de Servidor Público ou Agente Político no quadro funcional da Empresa.

[cidade/estado], [data] de [mês] de [ano].

Assinatura do Responsável
CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA